

CGU vai retirar sigilo de processo contra Pazuello

Caso sobre participação de ex-titular da Saúde em ato político estava protegido por cem anos; ministro Vinícius Marques de Carvalho revisa segredos impostos a informações relacionadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.goncalves@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Controladoria-Geral da União vai retirar o sigilo do processo administrativo enfrentado pelo ex-ministro da Saúde e atual deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ). Esse é um dos pareceres que o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, deve anunciar hoje durante entrevista coletiva.

Os pareceres vão orientar a análise de pedidos de Lei de Acesso à Informação (LAI) da administração pública. A informação foi publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pelo GLOBO.

Em entrevista ao jornal no último dia 20, o ministro tinha dado sinais de que restabeleceria o entendimento do órgão pela publicidade de procedimentos disciplinares já julgados.

— Procedimentos disciplinares são sigilosos enquanto não há julgamento. Depois, eles se tornam públicos. Não impede que dentro dessa publicidade você tenha informações que possam ser tarjadas. Por isso, eu estou falando: eles (o governo Bolsonaro) fizeram essa confusão — disse o ministro, na ocasião.

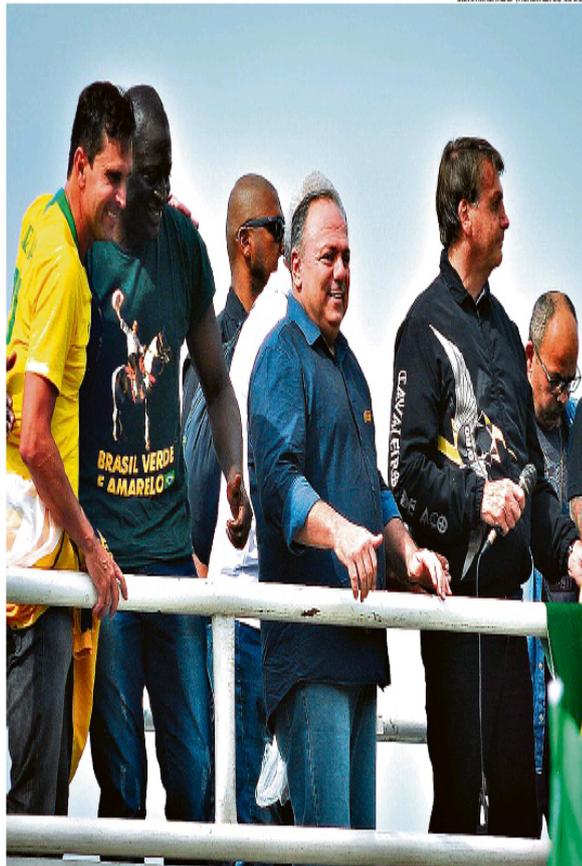
Carvalho recebeu a missão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de revisar em até

30 dias os segredos de até cem anos impostos a informações relacionadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro, sua família e ministros.

Um dos casos mais controversos é justamente o de Pazuello. Na época em que ainda era general da ativa, ele compareceu a um ato político ao lado de Bolsonaro, no Rio. Apesar de o regulamento proibir a participação em manifestações do tipo, o Exército não viu transgressão disciplinar, arquivou o processo e impôs um sigilo de cem anos aos autos, sob a alegação que “não haveria interesse público”.

Após a negativa do Exército, os partidos PT, PCdoB, PSOL e PDT chegaram a apresentar ao STF uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) pedindo a suspensão do sigilo sob o argumento de “grave afronta” à democracia, à liberdade de informação e à moralidade administrativa.

Já a Advocacia-Geral da União (AGU) informou à época ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a divulgação de um processo administrativo sobre Pazuello poderia afetar sua “honra pessoal”. Ainda segundo a manifestação da AGU ao STF, as relações nas Forças Armadas seriam “constituídas por ele-



Palanque. Pazuello ao lado de Bolsonaro em evento no Rio. Exército não permite militares da ativa em atos políticos

mentos peculiares”, relacionados à hierarquia e a disciplina. Por isso, como o processo foi arquivado, seus dados precisariam ser “preservados” para não afetar a “honra” do ex-ministro, militar de alta patente.

“Naturalmente, a apuração de uma possível transgressão envolvendo um militar de alta patente — um General, no caso — tem potencial de afetar a “honra

pessoal” do investigado. Justamente por isso, na hipótese de arquivamento, os dados relativos a essa esfera devem ser preservados”, destacou o parecer

CGU MANTEVE O SEGREDO

Durante o governo Bolsonaro, a CGU manteve o sigilo, liberando apenas o ex-tratado sob o pretexto de que publicação poderia impactar a “hierarquia”. Com o

novo parecer, os autos do processo devem finalmente vir a público.

Durante o ato político em que Pazuello participou ao lado do então presidente Jair Bolsonaro, em maio de 2021, no Rio, o ex-ministro percorreu bairros da cidade numa motocicleta e subiu em um carro de som, usado como palanque. A presença de Pazuello no ato acabou provocando mal-estar no Exército.

Lula, Pacheco, Lira e Rosa pregam união contra golpistas

> Abertura do ano legislativo no Congresso Nacional foi marcada ontem pela união dos três Poderes em defesa da democracia. Em solenidade que marcou o início dos trabalhos de deputados e senadores, os presidentes de República, Lula, Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Câmara, Arthur Lira (PP-AL), condenaram atos golpistas de 8 de janeiro. Eles ressaltaram a necessidade de responsabilizar os criminosos e sinalizaram que não vão recuar diante de ações antidemocráticas.

> Em mensagem lida no início da sessão, Lula destacou que o Congresso tem perfil “colaborativo” e se levantou contra a barbárie. O documento foi entregue pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, e foi lido pelo primeiro-secretário da Câmara, deputado Luciano Bivar (União-PE). A cerimônia contou com a presença dos demais chefes de Poder.

> “Não permitirão que se tribo, no Brasil, qualquer caminho que não seja o da democracia e da Constituição”, ressaltou o presidente em sua mensagem.

SILVIA MACHADO/THENEWS/23-02-2023

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 9